

A Petrobras não quer retrocesso, afirma presidente da estatal a dois dias da eleição

Em rara participação em evento público, o presidente da Petrobras, Caio Paes de Andrade, defendeu nesta quinta-feira (29) a gestão da estatal durante o governo Bolsonaro e disse que a empresa “não quer retrocesso”.

As declarações foram dadas em encerramento da Rio Oil & Gas, feira que reuniu o setor de petróleo no Rio de Janeiro. Em meio a tratamento de um câncer, Paes de Andrade havia enviado um vídeo para a abertura do evento. No encerramento, participou de um debate por videoconferência.

“Assim como o Brasil, a Petrobras se reergueu, a Petrobras quer seguir adiante”,

afirmou. “A Petrobras não quer retrocesso, vamos seguir adiante com o processo de abertura de mercado, de melhoria da governança”, disse.

Em suas falas, defendeu realizações do governo e repetiu algumas vezes que o Brasil é “porto seguro de investimento”, como gosta de dizer o ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida, que havia participado da abertura do evento também com discurso em defesa do governo.

Também presente à cerimônia de encerramento, o diretor de Relacionamento Institucional e Sustentabilidade, Rafael Chaves, reforçou o discurso: “Não pode ter retrocesso, tenho certeza de que o Brasil não vai entrar

no caminho de retrocesso.”

Chaves acrescentou que está há tempos na empresa e que acompanhou a mudança na companhia, citando o esquema de corrupção investigado pela Operação Lava Jato. “Está sendo um privilégio estar à frente da Petrobras nos últimos quatro anos”, afirmou.

Paes de Andrade e Chaves encerraram a Rio Oil & Gas ao lado do presidente do IBP (Instituto Brasileiro do Petróleo e Gás), Roberto Ardenghy, que foi diretor da estatal durante a gestão Roberto Castello Branco, presidente que foi demitido por Bolsonaro em 2021 em meio a pressões contra aumentos dos combustíveis.

Nicola Pamplona/Folhapress



Economia



Crédito deve crescer 14,2% neste ano, prevê Banco Central *Página - 03*

Política

Lula tem 50% dos votos válidos no 1º turno; Bolsonaro marca 36%, mostra Datafolha *Página - 04*

Ministros do STF e Pacheco devem acompanhar apuração dos votos no TSE *Página - 04*

Preço de brinquedos sobe 20% e inflação deve reduzir vendas do Dia da Criança *Página - 03*



Hermes Pardini lança marketplace B2B para aumentar seu mercado endereçável *Página - 08*

Mais brasileiros pretendem comprar na Black Friday, diz pesquisa do Google *Página - 08*



No Mundo

Ucrânia diz que chance de ataque nuclear da Rússia é muito alta



O governo da Ucrânia considera alta a probabilidade de a Rússia atacar seu país com armas nucleares. A avaliação, sombria e completada pelo usual pedido de mais ajuda militar do Ocidente contra a invasão de Putin, foi feita pela Direção Principal de Inteligência do Ministério da Defesa.

“Os ataques provavelmente atingirão locais ao longo da linha de frente onde há grande número de pessoal e equipamentos, bem como centros de comando e infraestrutura crítica. Para detê-los, precisamos não só de sistemas antiaéreos, mas também de antimísseis”, afirmou

o porta-voz do órgão, Vadim Skibistki.

O tema do emprego de armas nucleares vem sendo naturalizado entre analistas e observadores do conflito por causa da retórica crescente de Moscou, que desde o começo do conflito tem apresentado suas credenciais de superpotência no setor para limitar o envolvimento ocidental.

Na semana passada, ao anunciar a mobilização de 300 mil reservistas e o processo de anexação de quatro regiões ucranianas, Putin evocou a doutrina nuclear russa, que prevê o uso da bomba em caso de ameaça existencial ao Estado - mesmo que convencional.

A lógica é simples: ele quis dizer que pode empregar esse tipo de armamento em caso de ataque a seu território. Como a partir de hoje (30) ele considera os 15% que pretende anexar da Ucrânia parte da Rússia, o cenário está montado.

Especialistas argumentam que Putin pode ser tentado a fazer um ataque de advertência caso a Ucrânia siga tentando retomar áreas ocupadas. Para isso, poderia usar uma bomba tática, de baixa potência e com desenho para minimizar a dispersão de radioatividade após a explosão, talvez em um ponto isolado como a ilha da Cobra.

Igor Gielow/Folhapress

Rússia diz que ataque a gasodutos foi obra de um país



A crise energética entre a Rússia e a Europa, anabolizada pelos ataques que atingiram os gasodutos Nord Stream no mar Báltico, subiu mais um patamar nesta quinta (29).

O Kremlin afirmou que os danos aos dois ramais do sistema que controla, atingidos por duas explosões subaquáticas na segunda (26), foram provavelmente feitos por um outro país. “É muito difícil imaginar que um ato de terrorismo desses tenha acontecido sem o envolvimento de um Estado. Isso é uma situação extremamente perigosa que demanda investigação urgente”, afirmou o porta-voz Dmitri Peskov.

Sua colega na chancelaria, Maria Zakharova, repetiu a acusação feita na véspera, apontando o dedo para os Estados Unidos. Ela se ampara em uma entrevista dada pelo presidente Joe Biden antes da invasão russa da Ucrânia, em fevereiro, na qual o americano fala que tem meios para impedir o Nord Stream 2 de entrar em operação.

Com efeito, o clima conflituoso na Europa fez com que o segundo ramal do sistema, que foi completado em setembro, nunca entrasse em operação por decisão da Alemanha. O país europeu é o maior parceiro da Rússia no projeto, cuja primeira etapa começou a bombear gás da terra de Putin para a do pre-

miê Olaf Scholz em 2011.

Já a Otan, a aliança militar entre EUA, Canadá e 27 países europeus, divulgou um comunicado em que não diz o nome da Rússia, mas dirige na prática a Moscou uma advertência. “Estamos comprometidos a nos preparar, evitar e defender contra o uso coercitivo de energia e outras táticas híbridas. Qualquer ataque deliberado à infraestrutura crítica dos aliados será respondido com uma resposta unida e determinada”, afirmou o texto.

Em português, o clube acusou o golpe, assumindo que a Rússia explodiu seu próprio gasoduto para colocar mais pressão sobre a Europa.

Igor Gielow/Folhapress

Furacão Ian causa estragos na Flórida e enfraquece, mas voltará a se intensificar

Após enfraquecer durante a madrugada e ser rebaixado para uma tempestade tropical, o Ian, um dos maiores fenômenos climáticos dos EUA nos últimos anos, voltará a se intensificar e atingirá a categoria de furacão nesta quinta (29), segundo o Centro Nacional de Furacões.

As regiões mais críticas estão concentradas nos estados da Flórida, Geórgia, Carolina do Sul e Carolina do Norte, de acordo com informações dos serviços meteorológicos americanos. Os danos da por ora tempestade tropical são avaliados como históricos, e especialistas alertam para inundações catastróficas com risco de vida.

Na Flórida, o governador Ron DeSantis informou que ao menos duas pessoas morreram, mas disse que ainda não se sabe se há relação direta com o evento climático. “Nunca tínhamos visto inundações como esta”, disse o republicano durante entrevista coletiva. “É um evento

que ocorre uma vez a cada 500 anos.”

Pouco depois, autoridades do condado de Volusia confirmaram a morte de um homem de 74 anos que teria saído durante a tempestade para tentar drenar a piscina de sua casa, de acordo com a BBC. Os ventos, segundo o centro de furacões, chegaram a cerca de 110 km/h.

“Estamos assistindo a uma tempestade que mudou o perfil de uma parte significativa do nosso Estado”, disse DeSantis. O governador prevê que a reconstrução local pode levar anos. Ao menos 28 helicópteros estão realizando resgates aéreos de pessoas em áreas inundadas, e hospitais foram esvaziados.

Áreas como Cape Coral e Fort Myres, cidades palcos de inundações, estão devastadas. Imagens captadas por jornalistas e internautas e compartilhadas nas redes sociais mostram a água invadindo ruas residenciais de Fort Myres acompanhada de fortes ventos.

Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Crédito deve crescer 14,2% neste ano, prevê Banco Central



O Banco Central prevê que o volume de crédito bancário crescerá 14,2% este ano, contra previsão anterior de 11,9%, divulgada em junho. A projeção consta do Relatório de Inflação, publicação trimestral do BC, divulgado ontem (29).

O crédito livre deve apresentar expansão de 17,2%. A projeção anterior era 15,2%. O crédito livre é aquele em que os bancos têm autonomia para emprestar o dinheiro captado no mercado e definir as taxas de juros cobradas dos clientes. Já o crédito direcionado tem regras definidas pelo governo, e é destinado, basicamente, aos setores habitacional, rural, de infraestrutura e ao microcrédito.

Em relação às pessoas

físicas, o aumento esperado este ano para o estoque do crédito com recursos livres avançou de 17% para 19%. “Essa revisão incorpora a surpresa com o crescimento observado no segundo trimestre, impactado, entre outros fatores, pelo nível de atividade acima do esperado e pela queda na taxa de desocupação”, diz o relatório.

O BC também destacou a “maior expansão das linhas de crédito consignado para aposentados e pensionistas do INSS, refletindo o efeito do aumento da margem consignável, o que ampliou a capacidade de endividamento desse público”.

“As operações de crédito pessoal renegociado e de cartão de crédito rotativo, mais associadas à dificuldade das

famílias de quitar os compromissos financeiros, também registraram expansão considerável”, acrescentou.

O crédito livre para as empresas deve crescer 15%, ante a previsão anterior de 13%.

A projeção para o crédito direcionado é de crescimento de 9,7%, contra a projeção anterior de 7%. A projeção para pessoas físicas é 13% e jurídicas, 4%.

A primeira previsão para 2023 é de crescimento do volume de crédito de 8,2%. O crédito livre deve apresentar expansão de 9,6%, com crescimento de 10% para pessoas físicas e 9%, para jurídicas. O crédito direcionado deve apresentar expansão de 6%, com aumento de 7% para as famílias e 4% para as empresas.

Andréia Verdélio/ABR

Confiança de serviços subiu 1 ponto em setembro para 101,7 pontos

O Índice de Confiança de Serviços (ICS) sobe 1 ponto em setembro, para 101,7 pontos, maior nível desde março de 2013 (102 pontos). Em médias móveis trimestrais, o índice também avançou 1 ponto.

Os dados foram divulgados nesta quinta-feira (29) pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV).

Segundo o economista do instituto Rodolpho Tobler, a confiança de serviços voltou a subir em setembro, depois de ficar relativamente estável no mês passado.

“Com esse resultado, o ICS se consolida acima dos 100 pontos. A alta no mês foi influenciada tanto pela melhora com o momento presente, recuperando o que foi perdido no mês passado, quanto pelas

expectativas, que avançam pelo sétimo mês consecutivo. O resultado mostra que o setor ainda mantém a trajetória positiva de recuperação após os efeitos mais negativos da pandemia. A continuidade desse ritmo de retomada depende da melhora no ambiente macroeconômico, que ainda se mostra desafiador”, disse, em nota, o economista.

De acordo com a FGV, a alta do ICS neste mês foi influenciada principalmente pela melhora na avaliação das empresas sobre a situação corrente, cujo avanço foi de 1,7 ponto, para 101,8 pontos, maior nível desde novembro de 2012 (102 pontos). O Índice de Expectativas (IE-S) variou 0,4 ponto, para 101,7 pontos, maior nível desde outubro de 2021 (103,6 pontos).

ABR



Preço de brinquedos sobe 20% e inflação deve reduzir vendas do Dia da Criança



A CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo) estima que o volume de vendas para o próximo Dia da Criança registre movimentação financeira de R\$ 8,13 bilhões. Caso a expectativa seja confirmada, o varejo deve apresentar uma retração de 3,1% em relação ao ano passado.

Em 2021, ainda sob efeito da retomada parcial do consumo após a flexibilização das restrições por causa da pandemia, o setor registrou movimentação financeira de R\$ 8,39 bilhões, segundo a confederação, um avanço de 12,8% ante 2020, recuperando, assim, o volume de 2019.

José Roberto Tadros, presidente da confederação, explica que o Dia da Criança é

a terceira data comemorativa mais importante para o varejo -atrás apenas do Natal e do Dia das Mães. E que, neste ano, por mais que a circulação de consumidores esteja maior que no ano passado, a inflação ainda atrapalha.

“O reajuste dos preços dos produtos mais procurados para a data deve impactar as vendas deste ano”, afirma. De acordo com o CNC, o fluxo de pessoas em áreas comerciais no Brasil foi 5% maior do que em fevereiro de 2020. Às vésperas da mesma data no ano passado, a circulação de consumidores em estabelecimentos comerciais situava-se 6,6% abaixo do período pré-pandemia.

Sobre a inflação, apesar de o IPCA ter registrado deflação de 0,36%, segundo o

IBGE, o brasileiro ainda sente perda no poder de compra, principalmente nos alimentos e no vestuário.

Brinquedos mais caros Para a CNC, o preço médio dos bens e serviços relacionados ao Dia da Criança tende a subir 8,7% em 2022. Fabio Bentes, economista responsável pela apuração, diz que, se a previsão for confirmada, será o maior percentual de reajuste desta cesta de itens desde 2016, que foi de 8,8%.

Um dos destaques é o reajuste de 20% nos preços dos brinquedos, 17,6% no valor dos tênis e 15% nos sapatos infantis. Dos 11 itens avaliados, apenas os videogames estão mais baratos que no ano passado, com uma redução de 1,3%.

Folhapress

Política

Lula tem 50% dos votos válidos no 1º turno; Bolsonaro marca 36%, mostra Datafolha



Após três dias das eleições, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) lidera a corrida com 50% dos votos válidos, o que mantém aberta a possibilidade de vencer já no primeiro turno. Em busca da reeleição, Jair Bolsonaro (PL) tem 36%, seguido por Ciro Gomes (PDT), com 6%, e Simone Tebet (MDB), com 5%.

É o que revela a mais recente pesquisa do Datafolha, que ouviu 6.800 pessoas em 332 cidades de terça (27) a esta quinta (29). Ela foi encomendada pela Folha de S.Paulo e pela TV Globo e registrada com o número BR-09479/2022 no Tribunal Superior Eleitoral.

A margem de erro é de dois pontos percentuais, para

mais ou para menos. O índice de confiança é de 95%.

O instituto passa a divulgar o resultado dos válidos, que exclui da conta de intenção de votos brancos, nulos e indecisos, pois esse é o critério usado pelo TSE para contabilizar o resultado do pleito.

Assim, se mantém no limiar da vitória no primeiro turno, que demanda 50% dos válidos mais um voto ao menos, numa onda de recuperação: chegou a ter 54% em maio, descendo em setembro para 48%, patamar em que permaneceu até a semana passada, quando oscilou para 50%. Ou seja, a situação é de estabilidade.

A campanha petista intensificou sua busca por votos, particularmente de Ciro, cuja reação energética contra

a ofensiva resultou num comunicado à nação na segunda (27), quando disse que não deixaria a disputa. Não foi muito ouvido pelos eleitores: neste levantamento, ele oscilou negativamente ante o da semana passada.

A senadora Tebet, por sua vez, manteve-se estável, provando que, se a campanha não lhe trouxe uma candidatura viável, ao menos a mostrou inoxidável em seu patamar. O Datafolha havia mostrado que 1 em cada 5 eleitores dela e de Ciro estava disposto a votar útil em Lula.

Os resultados tornam ainda mais importante para Lula e para Bolsonaro o debate desta quinta na TV Globo, o último grande evento da campanha.

Igor Gielow/Folhapress

Ministros do STF e Pacheco devem acompanhar apuração dos votos no TSE



Além dos sete ministros efetivos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), pelo menos quatro ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) irão acompanhar as eleições e apuração dos votos diretamente da Corte Eleitoral no próximo domingo (2).

Em todas as eleições, é de praxe que os membros do TSE acompanhem juntos a apuração dos votos. A novidade é a presença de alguns dos ministros do Supremo na Corte Eleitoral para a apuração do resultado. Os ministros Dias Toffoli, Gilmar Mendes, Luiz Fux, Luís Roberto Barroso e Rosa Weber irão ao TSE no domingo (2).

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), também deve ir ao TSE. A presença do chefe do Legis-

Partidos chegam à reta final da eleição sem cumprir cota de repasse de verbas a negros e mulheres

A eleição de 2022 chega à sua reta final sem que a maioria dos partidos políticos tenha repassado verba de campanha mínima para mulheres e negros que concorrem a alguma cargo em disputa.

Dados compilados pela Plataforma 72 Horas e divulgados nesta quinta-feira (29) mostram que, no geral, as mulheres e os que se declararam pretos e pardos receberam, em média, menos dinheiro público de campanha do que deveriam.

Caso esses dados se confirmem na prestação de contas final, a ser entregue após a disputa, essa será a terceira eleição seguida em que os partidos descumprem a lei e resoluções do Tribunal Superior Eleitoral que, em suma, determinam o repasse de verba a mulheres e negros na proporção dos candidatos lançados.

De acordo com os dados monitorados pelo 72 Horas, plataforma formada por especialistas no cam-

po eleitoral, dos R\$ 5,7 bilhões de dinheiro distribuído pelos partidos, a maior parte deles oriundos do Fundo Eleitoral, 65% beneficiaram candidatos brancos.

Pela resolução do TSE, os partidos precisam destinar a verba do fundo eleitoral na proporção dos candidatos negros que lançar. Ou seja, em média a verba a pretos e pardos teria de ser de ao menos 50,2%.

Já no caso das mulheres o repasse foi de 29%, sendo que deveria ser de ao menos 33,7%.

No início do mês, a Folha de S.Paulo já havia mostrado que os maiores partidos políticos não estavam cumprindo a lei e as resoluções.

Após o generalizado atraso e descumprimento das cotas racial e de gênero nas eleições municipais de dois anos atrás, o TSE havia determinado que, para a atual disputa, o repasse de toda a verba deveria ocorrer até o dia 13 de setembro, o que não ocorreu.

Ranier Bragon/Folhapress

lativo também não é de praxe. A previsão é que Pacheco vote em Minas Gerais e depois se desloque para a capital federal para acompanhar o processo de apuração dos votos no fim da tarde e início da noite de domingo (2).

Nas últimas duas eleições, por exemplo, não estiveram presentes chefes do Legislativo. Em 2014, além dos ministros do TSE, estiveram na Corte Eleitoral o então presidente do STF, Ricardo Lewandowski, o então presidente da OAB, Marcus Vinícius Furtado Coelho, o então vice-procurador-geral eleitoral, Eugênio Aragão, e representantes da chapa de Dilma Rousseff (PT) e de Aécio Neves (PSDB).

Em 2018, estiveram no local, além dos ministros do TSE, a então procuradora-

geral da República, Raquel Dodge, o então presidente da OAB, Claudio Lamachia, a então advogada-geral da União, Grace Mendonça, e o então ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann.

Neste ano, o horário de votação será unificado e seguirá o horário de Brasília. Antigamente, o horário de votação costumava variar de acordo com o fuso horário. Por isso, as urnas no Acre, por exemplo, fechavam depois das urnas em São Paulo, que tem duas horas de fuso a mais.

Desta maneira, todas as urnas serão abertas às 8h, no horário de Brasília, e fechadas às 17h, também no fuso de Brasília. A partir disso, a Justiça Eleitoral começará a apurar os votos.

CNN Brasil



Edição impressa produzida pelo Jornal Data Mercantil com circulação diária em bancas e assinantes.
As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: <https://datamercantil.com.br/publicidade-legal>
A autenticação deste documento pode ser conferido através do QR CODE ao lado

Dólar sobe 0,86%, a R\$ 5,3955, com mau humor externo e cautela pré-eleição



A dobradinha formada por alta da moeda norte-americana frente a divisas emergentes, em dia de forte aversão ao risco no exterior, e reforço de posições defensivas às vésperas da eleição presidencial abalou o real na sessão desta quinta-feira, 29. Dados da economia americana e declarações de dirigentes do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) reforçaram a aposta de aperto monetário mais forte e duradouro nos Estados Unidos, o que derrubou as bolsas em Nova York e levou a alta adicional das taxas dos Treasuries.

Com o mercado externo azedo, o dólar já abriu em alta firme por aqui e ultrapassou a barreira de R\$ 5,40 na primeira meia hora de negócios, registrando máxima a R\$ 5,4292 (+1,49%) no fim da manhã. Com certa moderação ao longo da tarde, a moeda encerrou o dia com avanço de 0,86%, cotada a R\$ 5,3955 – no maior valor no fechamento desde 22 de julho. Com isso, a divisa passa a acumular ganhos de 2,80% na semana, o que leva a valorização em setembro para 3,73%.

Termômetro do dólar frente a uma cesta de seis divisas fortes, o índice DXY, que chegou a superar os 114,000 pontos nesta semana, nesta quinta recuou para a casa dos 112,100 pontos, com recuperação técnica do euro e da libra esterlina, diante da intervenção do Banco da Inglaterra (BoE) com compra de título públicos (gilts). A taxa anual da inflação ao consumidor na Alemanha acelerou de 7,9% em agosto para 10% em setembro (dados preliminares), acima do esperado por analistas (9,5%).

IstoÉDinheiro

Brasil Olhos Participações S.A.

CNPJ/MF nº 28.677.560/0001-02

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020		Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2021 e 2020						
(Em Milhares de Reais)		(Em Milhares de Reais)						
Ativo	31/12/2021	31/12/2020	Capital Social	Legal	Transações de capital	Reservas Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	30.492	74.258	8.388	-	-	13.355	-	21.743
Outros ativos circulante	155	-	13.412	-	-	(13.412)	-	-
Total do ativo circulante	30.647	74.258	73.828	-	-	-	-	73.828
Não circulante			157.220	-	-	-	-	157.220
Investimentos	361.999	180.120	-	-	-	-	8.997	8.997
Partes relacionadas	45.570	-	-	450	-	-	(450)	-
Imobilizado	12.805	-	-	-	-	-	(225)	(225)
Intangível	205.161	-	-	-	-	(7.273)	-	(7.273)
Total do ativo não circulante	625.535	180.120	-	-	-	8.322	(8.322)	-
Total do ativo	656.182	254.378	252.848	450	992	-	-	254.290
Passivo								
Circulante			173.024	-	-	-	-	173.024
Fornecedores	1	44	-	-	220.269	-	-	220.269
Obrigações tributárias	9	45	-	698	-	-	-	13.960
Total do passivo circulante	10	88	-	-	-	-	-	(698)
Não circulante			-	-	-	-	-	(868)
Partes relacionadas	192	-	-	-	-	-	-	(4.695)
Total do passivo não circulante	192	-	-	-	-	-	-	(7.699)
Total do patrimônio líquido	655.980	254.290	425.872	1.148	220.269	8.691	-	655.980
Total do passivo	656.182	254.378						

Demonstrações dos Resultados em 31 de dezembro de 2021 e 2020		Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2021 e 2020	
(Em Milhares de Reais)		(Em Milhares de Reais)	
	31/12/2021	31/12/2020	
Lucro bruto			Lucro antes do IRPJ e CSLL
Receitas (despesas) operacionais	(2.973)	(77)	14.155
Gerais e administrativas	(14.626)	8.648	1.456
Resultado de equivalência patrimonial	11.653	8.570	(14.626)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	11.653	8.570	985
Resultado financeiro	(4)	(4)	(Aumento) redução nos ativos:
Despesas financeiras	2.506	575	Impostos a recuperar
Receitas financeiras	2.502	571	168
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	14.155	9.141	Aumento (redução) nos passivos:
Imposto de renda e contribuição social	(195)	(143)	Fornecedores
Corrente	(195)	(143)	(35)
Lucro líquido do exercício	13.960	8.997	Obrigações tributárias
Resultado por ação:			(1)
Básico	0,14250	0,32244	Obrigações trabalhistas
Diluído	0,13610	0,32244	(237)
			Imposto de renda e contribuição social
			(56)
			Caixa líquido proveniente das atividades operacionais
			748
			436

Demonstrações do Valor Adicionado em 31 de dezembro de 2021 e 2020	
(Em Milhares de Reais)	
	31/12/2021
Valor adicionado bruto	14.155
Depreciação e amortização	(1.456)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia:	(1.456)
Valor adicionado recebido em transferência:	17.132
Resultado de equivalência patrimonial	14.626
Receitas financeiras	2.506
Valor adicionado total a distribuir	15.676

Demonstrações do Resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019	
(Em Reais)	
	31/12/2020
Receitas operacionais líquidas	31.120.209
Receita com aluguéis	76.802.393
Custo com locação	(9.413.637)
Lucro bruto	67.388.755
Despesas comerciais	(23.491)
Gerais e administrativas	(162.338)
Tributárias	(138.609)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	67.087.808
Resultado financeiro	61.965.699
Receitas financeiras	75.521
Despesas financeiras	(73.066.906)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	(5.903.577)
IRPJ e CSLL	(1.981.651)
IRPJ e CSLL diferidos	(4.073.648)
Lucro líquido do exercício	(11.958.876)

Aos Administradores e aos Acionistas da **Brasil Olhos Participações S.A.**
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Brasil Olhos Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** Demonstrações do valor adicionado: As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo

os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou por erro, e emitir um relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como

obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Brasília, 20 de junho de 2022
Ernst & Young Alexandre Dias Fernandes
Audidores Independentes S.S. Contador
CRC-2SP015199/0-6 CRC DF-012460/0-2

BRC VII Cidade Nova Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ/MF nº 07.241.661/0001-58

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019		Demonstrações do Resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019	
(Em Reais)		(Em Reais)	
Ativos	31/12/2020	31/12/2019	
Circulantes	5.001.475	3.661.887	Receitas operacionais líquidas
Caixa e equivalentes de caixa	3.562	418.608	Receita com aluguéis
Contas a Receber	-	-	76.802.393
Tributos a recuperar	4.997.914	3.243.044	Custo com locação
Outras contas a receber	-	235	(9.413.637)
Não circulantes	326.929.322	363.724.397	Lucro bruto
Propriedades para investimentos	326.929.322	363.724.397	67.388.755
Total dos ativos	331.930.797	367.386.284	Despesas comerciais
			(23.491)
			Gerais e administrativas
			(162.338)
			Tributárias
			(138.609)
			Lucro operacional antes do resultado financeiro
			67.087.808
			Resultado financeiro
			61.965.699
			Receitas financeiras
			75.521
			Despesas financeiras
			(73.066.906)
			Lucro antes do IRPJ e da CSLL
			(5.903.577)
			IRPJ e CSLL
			(1.981.651)
			IRPJ e CSLL diferidos
			(4.073.648)
			Lucro líquido do exercício
			(11.958.876)

Data Mercantil

Faça um orçamento conosco: comercial@datamercantil.com.br

Publicidade Legal

Green4t Soluções TI Ltda.

CNPJ/ME nº 03.698.620/0001-34 – NIRE 35.216.178.702

Instrumento Particular de 21ª Alteração do Contrato Social

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas: **Green4t Participações S.A.**, CNPJ/ME nº 26.210.970/0001-05, NIRE 35.300.516.974, neste ato representada por seus administradores, Srs. **Eduardo Casasanta Marini**, abaixo qualificado, e **Vaner Benedito Soares da Silva**, RG nº 17.176.801-2 SSP/SP, e CPF/MF nº 072.694.318-50; **Antônio Donizete Lopes Bob**, CPF/ME nº 085.329.288-46, CNH nº 01149525872 – Detran SP; **Eduardo Casasanta Marini**, CPF/ME nº 043.355.796-67, RG nº 12.261.923 SSP/MG; **Rogério Takashi Fujimoto**, RG nº 25.622.574-6 SSP/SP, CPF/ME nº 213.026.138-80; **Márcio José Martin**, RG nº 26.847.319 SSP/SP, CPF/ME nº 180.275.368-04. Únicos sócios da **Green4t Soluções TI Ltda.**, sociedade empresária limitada, com sede na Avenida Paulista, nº 37, sala 434, Bela Vista, São Paulo-SP (“Sociedade”). **Resolvem**, de comum acordo e na melhor forma de direito, alterar o contrato social da Sociedade, mediante as cláusulas e condições abaixo descritas. **1. Da Alteração do Endereço da Sede: 1.1.** Os Sócios decidem, por unanimidade e sem ressalvas, alterar o endereço da sede social da Sociedade, da cidade de São Paulo-SP, na Av. Paulista, nº 37, sala 434, Bela Vista, para a mesma cidade e Estado, na Av. Jornalista Roberto Marinho, nº 85, 24º andar, conj. 241, Sala Backoffice, Cidade Monções. **1.2.** Com o intuito de refletir a deliberação acima, passa o caput da Cláusula 2ª do contrato social da Sociedade a vigorar com a seguinte nova redação: “Cláusula 2ª – A Sociedade tem sede e foro na Av. Jornalista Roberto Marinho, nº 85, 24º andar, conj. 241, Sala Backoffice, Cidade Monções, São Paulo-SP, e filiais: (...)” **2. Consolidação do Contrato Social: 2.1.** Por fim, em decorrência da deliberação acima tomada, os sócios decidem, por unanimidade e sem ressalvas, consolidar o contrato social da Sociedade, que passa a vigorar de acordo com a seguinte nova redação: **Contrato Social da Green4t Soluções TI Ltda. Denominação e Sede Social:** Cláusula 1ª. A Sociedade tem o nome empresarial de **Green4t Soluções TI Ltda.** No desenvolvimento de suas atividades, poderá a Sociedade adotar o nome fantasia “**Green4t**”. Cláusula 2ª. A Sociedade tem sede e foro na Av. Jornalista Roberto Marinho, nº 85, conj. 241, 24º andar, Sala Backoffice, Cidade Monções, São Paulo-SP, e filiais: (i) na Avenida Fabio Eduardo Ramos Esquivel, nº 2.100, Galpão C, Canhema, Diadema-SP; (ii) na SHCS Setor de Habitações Coletivas Sul, CR Comércio Residencial, Quadra 515, Bloco C, loja 39, Asa Sul, Brasília-DF; (iii) na Av. Almirante Baltazar, nº 333, Loja A, São Cristóvão, Rio de Janeiro-RJ; e (iv) na Av. Gupê, nº 10.767, Galpão 3, Jardim Belval, Barueri-SP. **§ Único:** A Sociedade poderá, a qualquer tempo, abrir e fechar filiais, sucursais, escritórios, agências e representações em qualquer parte do território nacional ou fora dele, mediante prévia aprovação dos sócios representando, no mínimo, ¾ (três quartos) do capital social. **Objeto Social e Duração:** Cláusula 3ª. A Sociedade tem por objeto social: a) O comércio, a exportação de móveis, produtos metálicos, cofres, salas cofres, salas e compartimentos de segurança, estantes corredeiras tipo deslizantes, suprimentos para escritórios e instrumentação de equipamentos de sistemas de controle de acessos e supervisão predial, monitoramento, detecção e combate a incêndio; b) O comércio, a exportação de equipamentos e acessórios de informática, bem como sistemas (software) e programas, e, ainda, bens acessórios à instalação e utilização daqueles; c) A representação comercial, por conta própria ou de terceiros, bem como a revenda e distribuição dos produtos descritos nos itens “a” e “b” acima; d) A prestação de serviços de consultoria e elaboração de plantas, bem como especificações e projetos de arquitetura, construção civil, instalações de sistemas de energia, climatização, refrigeração, comunicação e segurança física e eletrônica para ambientes de atividade comerciais e industriais, inclusive na área de informática, e, ainda, a execução desses projetos com o fornecimento ou não de todos os insumos necessários para a consecução das atividades aqui previstas; e) A execução de projetos de construção civil de pequeno porte, inclusive montagem e construção de estrutura em geral e metálica, montagem de mobiliário, cofres fortes, salas cofres, produtos de segurança, compartimentos blindados e reparos dos citados produtos; f) A locação de bens e serviços relacionados com os objetos retro mencionados; g) A participação em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista; h) Prestação de serviços de consultoria, administração e gerenciamento com fornecimento ou não de equipamentos e insumos ligados ao objeto social; i) Comercialização de soluções para microfilmagem, digitalização, terceirização de documentos, guarda, transporte e organização de arquivos; j) Prestação de serviços de montagem, manutenção, assistência técnica, garantia estendida, com fornecimento ou não de equipamentos e insumos para consecução das atividades, inclusive a manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso geral; e k) Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos de informática. Cláusula 4ª. O prazo de duração da Sociedade é indeterminado. **Capital Social:** Cláusula 5ª. O capital social é de R\$30.374.717,00, dividido em 30.374.717 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada, totalmente subscritas e parcialmente integralizadas em moeda corrente do país pelos quotistas conforme segue: **Sócios Quotistas: Qtde. de Quotas – Valor em Reais; Green4t Participações S.A. – 30.374.713 – R\$30.374.713,00; Eduardo Casasanta Marini – 1 – R\$ 1,00; Antônio Donizete Lopes Bob – 1 – R\$ 1,00; Márcio José Martin – 1 – R\$ 1,00; Rogério Takashi Fujimoto – 1 – R\$ 1,00; Total – 30.374.717 – R\$30.374.717,00. § 1º:** A responsabilidade dos sócios é limitada ao valor de suas quotas, conforme dispõe o artigo 1.052 do Código Civil Brasileiro (Lei nº

10.406/02), mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social. **§ 2º:** Segundo remissão determinada pelo artigo 1.054 da Lei 10.406/2002 ao artigo 997 da mesma legislação, fica expressamente previsto que os sócios não respondem solidariamente pelas obrigações sociais. **§ 3º:** 1.172.996 quotas de emissão da Green4t Soluções TI Ltda., representativas, na presente data, de 3,87173% do total do capital social da Green4t Soluções TI Ltda., atualmente emitidas ou a serem emitidas no futuro, bem como os direitos a ela relacionados, que sejam de propriedade da Green4t Participações S.A., foram objeto de alienação fiduciária em favor dos debenturistas da 1ª emissão de debêntures da Green4t Participações S.A., representados pela Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (“Agente Fiduciário”), conforme estabelecido no “Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Quotas em Garantia”, celebrado em 13/12/2018 (“Instrumento de Alienação Fiduciária de Quotas”), sendo certo que referidas quotas e direitos a elas relacionados não poderão ser, de qualquer modo, transferidos, cedidos ou alienados sem o prévio e expresso consentimento dos debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, na forma estabelecida no referido Instrumento de Alienação Fiduciária de Quotas, sendo certo ainda que deverão ser observadas as demais disposições do Instrumento de Alienação Fiduciária de Quotas. Cláusula 6ª. O Capital Social da Sociedade somente poderá ser aumentado por deliberação tomada por sócios representando, no mínimo, ¾ (três quartos) do Capital Social. **§ Único:** Cada sócio terá o direito de participar nos aumentos de capital da Sociedade, na mesma proporção das quotas possuídas no momento imediatamente anterior à efetivação do aumento de capital, independentemente da classe a que pertençam as quotas, tendo para este fim o prazo de 30 dias para concretizar este direito. **Cessão e Transferência de Quotas:** Cláusula 7ª. As quotas da Sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas, transferidas ou alienadas a terceiros, total ou parcialmente, sem o expresso consentimento da sociedade, aprovada mediante deliberação de votos correspondentes a maioria das quotas representativas do capital social, que terão o direito de preferência na aquisição de quaisquer cotas da Sociedade que foram oferecidas à venda, em proporção ao número de quotas que possuam na ocasião. Cláusula 8ª. Os sócios não poderão dar em garantia do cumprimento de quaisquer obrigações pessoais ou mesmo assumida em nome da sociedade, salvo se autorizado pelos sócios que detenham 80% das quotas correspondentes ao capital social da sociedade. Cláusula 9ª. O sócio que pretender negociar suas quotas com terceiros, deverá notificar os demais sócios de seu desejo, indicando o preço e demais condições da pretendida alienação, bem como o nome do adquirente e os demais sócios terão o prazo de 60 dias corridos para aquisição das referidas quotas, na proporção das quotas possuídas, se de outra forma não acordarem entre si. **Administração:** Cláusula 10ª. A SOCIEDADE será administrada por até quatro Diretores indicados pela sócia majoritária, com mandato unificado de 3 anos, correspondente ao exercício civil, com início dia 01 de janeiro e término de seu mandato no dia 31 de dezembro do ano que finalizar o mandato, designado neste próprio instrumento contratual ou em ato em apartado, sendo permitida a reeleição e sem limite de mandatos. Os Diretores permanecerão em seus cargos até a posse e investidura de seus substitutos. Os Diretores da Companhia terão as designações que lhes forem atribuídas quando de sua respectiva eleição. **§ Único:** Para os efeitos do disposto nesta Cláusula, ficam nomeados como Diretores da Sociedade: (i) **Antônio Donizete Lopes Bob;** (ii) **Rogério Takashi Fujimoto;** (iii) **Márcio José Martin**, todos acima qualificados. Cláusula 11ª – Caberá aos Diretores a prática dos atos necessários ou convenientes à administração da Sociedade, com exceção daqueles indicados na Cláusula 12 deste Contrato, para tanto, dispondo eles, dentre outros poderes, dos indicados para: a) A administração, orientação e direção dos negócios sociais, inclusive a compra, venda, troca ou a alienação por qualquer outra forma, de bens móveis da Sociedade, determinando os respectivos termos, preços e condições; b) A assinatura de quaisquer documentos, mesmo quando importem em responsabilidade ou obrigação da Sociedade, inclusive escrituras, títulos de dívida, cambiais, cheques, ordens de pagamentos e outros; c) A solicitação de talões de cheques e extratos de contas bancárias, assinar cheques e movimentar as contas bancárias da Sociedade, para atender aos compromissos da mesma, bem como para realizar operações financeiras de interesse da Sociedade; e, d) A prática e todas as demais atribuições necessárias à ampla, geral e completa gestão e administração, tendo em vista que a enumeração supra não é exaustiva. **§ 1º:** A representação da Sociedade, em juízo ou fora dele, seja ativa ou passivamente, perante terceiros e quaisquer órgãos e repartições públicas federais, estaduais ou municipais, autarquias, sociedades de economia mista e entidade paraestatais, em como a prática de todos os atos necessários ou convenientes à administração dos negócios sociais, inclusive a celebração e rescisão de contratos, concessão de avais, fianças e outras garantias, observadas as disposições contidas neste Contrato Social, competirá: (a) a 2 Diretores em conjunto; (b) a 1 Diretor em conjunto com 1 procurador; ou (c) a 2 procuradores em conjunto. **§ 2º:** Todas as procurações outorgadas pela Sociedade serão assinadas por 2 Diretores em conjunto, devendo prever poderes específicos, a vedação de subdelegatamento e um prazo máximo de validade de 01 ano a contar da data de assinatura, exceto nos casos de procurações outorgadas para advogados em processos judiciais e/ou administrativos, que terão prazo de validade indeterminado e poderão ser subdelegadas apenas nos casos e condições expressamente indicados em cada uma delas. **§ 3º:** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Sociedade, os atos de quaisquer dos sócios, Diretores, procuradores ou funcionários que envolvam em obrigações

relativas a negócios ou operações estranhas aos objetos sociais, tais como fianças, avais, endossos, empréstimos de verbas da sociedade ou quaisquer garantias em favor de terceiros ou dos próprios sócios, salvo quando expressamente autorizados por sócios representando, no mínimo, ¾ (três quartos) do Capital Social. Cláusula 12ª. Os poderes para comprar, vender, hipotecar ou, por qualquer outro modo, alienar ou gravar os bens imóveis da Sociedade, deverão sempre ser exercidos pelo sócio ou sócios representando a maioria do capital social, por si ou através de procuradores constituídos especialmente para esta finalidade. Cláusula 13ª. Os sócios, de comum acordo, poderão fixar uma retirada mensal a título de “Pro Labore”, observadas as disposições regulamentares pertinentes. **Exercício Social, Balanço e Distribuição de Lucros:** Cláusula 14ª. O ano social terá início em 01 de janeiro e encerrar-se-á em 31 de dezembro. Ao final de cada exercício correspondente ao mesmo, os Diretores prestarão contas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas. **§ Único:** Os lucros auferidos pela Sociedade, observado ao disposto no Acordo de Quotistas, poderão ser distribuídos desproporcionalmente entre os sócios da sociedade, podendo ainda levantar balanços semestrais ou relativos a períodos menores, para fins de declarar dividendo à conta de lucros apurados neste balanço, observados os requisitos legais. Os lucros líquidos do exercício terão a aplicação que for determinada pelos sócios que representem 80% do capital. **Deliberações dos Sócios:** Cláusula 15ª. Em relação às deliberações sociais, os sócios se reservam o direito de decidir e regular sobre qualquer assunto de interesse da sociedade e seus negócios, até a extensão permitida por lei neste presente instrumento contratual. As deliberações sociais serão aprovadas pelos sócios que representem 80% do capital social. **§ 1º:** Fica estabelecido que a Sociedade não terá Conselho Fiscal. **Exclusão de Sócios:** Cláusula 16ª. É admitida a exclusão de sócios, mediante deliberação dos quotistas representando a maioria do Capital Social, em virtude da prática, por qualquer sócio, de atos de inegável gravidade que ponham em risco a continuidade da Sociedade. **§ 1º:** Além do disposto acima, poderá ser considerada justa causa a ocorrência dos seguintes fatos: (i) quebra do *affectio societatis*, deliberada por sócios representando no mínimo ¾ (três quartos) do Capital Social; (ii) concorrência, direta ou indireta, tanto como proprietário, acionista, sócia, investidor, parceiro, licenciado, financiador, operador, consultor, empregado ou de qualquer outra forma, com os negócios desenvolvidos pela Sociedade; e, (iii) solicitação ou contratação de qualquer diretor, funcionário, empregado ou preposto da Sociedade com o propósito de empregar ou de qualquer outra forma contratar seus serviços. **§ 2º:** A exclusão do sócio deverá ser deliberada em reunião especialmente convocada para esse fim, nos termos do artigo 1.085 da Lei nº 10.406 de 10/01/2002, estando o sócio sujeito à exclusão ciente, em tempo hábil, para que possa comparecer e, querendo, apresentar a sua defesa. **§ 3º:** Os sócios detentores de mais de 80% de participação do capital social da Sociedade poderão decidir pela exclusão dos sócios minoritários por decisão motivada com o pagamento do valor nominal das quotas, de R\$ 1,00 cada quota de capital social, devendo ser pago o valor de sua participação em até 10 dias da formalização de sua saída do quadro societário. **Continuação da Sociedade:** Cláusula 17ª. A Sociedade não será dissolvida na hipótese de morte, retirada, falência ou incapacidade de um dos sócios, podendo a mesma continuar com os herdeiros ou sucessores do sócio retirante ou, ainda, admitindo novo sócio, desde que sejam obedecidos os requisitos estipulados nas cláusulas 7ª e 8ª supra, e o valor das quotas do sócio retirante liquidar-se-á, nos termos do artigo 1.031 da Lei nº 10.406 de 10/01/2002. **Liquidação:** Cláusula 18ª. No caso de liquidação, serão observadas as disposições legais aplicáveis. **§ Único:** Durante a fase de liquidação, o liquidante poderá gravar de ônus reais os móveis e imóveis, contrair empréstimos e prosseguir nos negócios da Sociedade. **Declaração de Desempimento:** Cláusula 19ª. Os sócios declaram, sob as penas da lei, de que não estão incorridos em nenhum crime que os impeçam de exercer a atividade mercantil. Cláusula 20ª – Os Diretores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da Sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nem foram condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou ainda crimes contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. **Dos Casos Omissos, Lei Aplicável e Foro:** Cláusula 21ª. Os casos omissos neste Contrato serão regulados pelos sócios de acordo com as disposições da Lei nº 10.406, de 10/01/2002 e, supletivamente, pelas disposições aplicáveis da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, e alterações posteriores. Cláusula 22ª – Em caso de divergência entre os sócios, não sendo possível um acordo amigável, fica desde já eleito o Tribunal Arbitral para resolver os conflitos advindos deste contrato. E, por estarem assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 3 vias, de igual teor e forma. São Paulo, 05/01/2022. (ass.): **Sócios: Green4t Participações S.A. p. Eduardo Casasanta Marini e Vaner Benedito Soares da Silva. Márcio José Martin; Eduardo Casasanta Marini; Antônio Donizete Lopes Bob; Rogério Takashi Fujimoto.** JUCESP – Registrado sob o nº 276.128/22-9 e NIRE 35.300.593.251 em 30/05/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Trend Viagens Operadora de Turismo S.A.

CNPJ/ME nº 19.916.590/0001-25 – NIRE 35.300.508.491

Ata da Reunião da Diretoria realizada em 01 de setembro de 2022

1. Data, Hora e Local: No 1º/09/2022, às 10h, em reunião realizada por meio de videoconferência nos termos do artigo 12, parágrafo 2º, do Estatuto Social Trend Viagens Operadora de Turismo S.A. **2. Convocação e Presença:** Convocação dispensada, tendo em vista a presença de todos os membros da Diretoria da Companhia, conforme art. 12, § 3º, do Estatuto Social da Companhia. **3. Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Marcelo Kopel e secretariados pela Sra. Julia Amadi Soares. 4. Ordem do Dia e Deliberações:** Instalada a reunião, após exame e discussão das matérias da ordem do dia, foi deliberado, por unanimidade, ratificar a realização, pela Companhia, dos seguintes aumentos de capital em favor da **Trend Travel LLC.**: i. Em agosto de 2021, aporte de capital no valor de R\$ 3.234.159,30; ii. Em setembro de 2021, aporte de capital no valor de R\$ 3.263.640,00; iii. Em novembro de 2021, aporte de capital no valor de R\$ 2.423.287,95; iv. Em dezembro de 2021, aporte de capital no valor de R\$ 4.108.664,61; v. Em janeiro de 2022, aporte de capital no valor de R\$ 5.893.140,00; vi. Em fevereiro de 2022, aporte de capital no valor de R\$ 11.246.756,86; vii. Em março de 2022, aporte de capital no valor de R\$ 2.962.509,57; viii. Em abril de 2022, aporte de capital no valor de R\$ 8.236.708,29; ix. Em junho de 2022, aporte de capital no valor de R\$ 8.276.040,00; x. Em 12/07/2022, aporte de capital no valor de R\$ 4.669.560,00; **5. Lavratura e Aprovação da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, foram encerrados os trabalhos da Reunião da Diretoria, da qual se lavrou a presente ata. A presente ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Santo André, 01/09/2022. (ass.) Julia Amadi – **Secretária;** Soares Marcelo Kopel – **Presidente da Mesa.** Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 485.891/22-0 em 27/09/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Brasia Properties Investimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 23.541.066/0001-94 – NIRE 35.300.483.791

Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 15/09/2022

No dia 15/09/2022, às 16hrs, com totalidade. **Mesa:** Presidente: Bruno Silva. Secretário: Felipe Lima. **Deliberações:** (I) Resolve o acionista aprovar o aumento de capital da Companhia no valor total de R\$ 2.259.000,00 com a emissão de 22.590.000 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O único acionista decidiu não emitir ações preferenciais Classe A ou Classe B, de modo que o acionista detentor da totalidade das ações de emissão da Companhia participará do aumento do capital social da Companhia por meio de ações ordinárias. (II) Desta maneira, passa o capital social da Companhia de R\$ 170.827.742,90, para R\$ 173.086.742,90, dividido em 1.750.867.429 ações nominativas e sem valor nominal, das quais: (a) 1.745.095.314 são ações ordinárias; e (b) 3.091.653 são ações preferenciais Classe A; e (c) 2.680.462 são ações preferenciais Classe B. As novas ações ora emitidas são, neste ato, totalmente subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional, pelo único acionista Barzel BLP Fundo de Investimento Imobiliário, conforme boletim de subscrição que passa a fazer parte da presente ata como Anexo I. Nada mais, arquivado na JUCESP sob nº 483.593/22-9 em 23/09/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Claranet Technology S.A.

CNPJ/ME nº 68.400.225/0001-79 – Companhia Aberta

Aviso aos Acionistas

A **Claranet Technology S.A. (“Companhia”)** informa que os documentos relacionados no artigo 133 da Lei nº 6.404/76, referentes às demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado no passado dia 30 de junho de 2022, encontram-se à disposição dos Acionistas na sede social da Companhia, na Avenida Tamboré, nº 267, 17º andar, Torre Norte, conjunto de escritório 171-B, Canopus Corporate A, no Bairro Tamboré, no Município de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06460-000 e no endereço virtual de Relações com Investidores <https://ri.claranet.com.br/>.

Ricemn Mourad – Diretor de Relações com Investidores

(30/09, 01 e 04/10/2022)

Brasia Properties Investimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 23.541.066/0001-94 – NIRE 35.300.483.791

Ata da Assembleia Geral Ordinária, realizada em 12/09/2022

No dia 12/09/2022, às 10hrs, com totalidade. **Mesa:** Presidente: Bruno Silva. Secretário: Felipe Lima. **Deliberações:** (I) Primeiramente, conforme Artigo 133, Parágrafo 4º, da Lei das S.A., sanar expressamente a exigência de publicação dos anúncios prevista no caput do Artigo 133 da Lei das S.A., tendo em vista: (I) o comparecimento dos acionistas detentores da totalidade do capital social da Companhia; e (II) a publicação do Balanço Patrimonial nos jornais Data Mercantil – impresso e Data Mercantil – digital na página 02, em 19 de agosto de 2022, dos documentos de que trata o Artigo 133, Incisos I a III, da Lei das S.A. (sem cumprimento ao prazo previsto no Artigo 133, Parágrafo 3º, da Lei das S.A.) (II) Ato seguinte, aprovar o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao Exercício Social de 2021. (III) Por fim, os acionistas verificaram que a Companhia teve lucro líquido de R\$ 2.210.000,00 (“Lucro Líquido”) no Exercício Social de 2021. Desta maneira, os acionistas decidem dar a seguinte destinação ao Lucro Líquido: (i) 5% do Lucro Líquido, no valor de R\$ 110.500,00, será destinado para a reserva legal, conforme Artigo 14, item “(a)” do Estatuto Social da Companhia e Artigo 193 da Lei das S.A.; (ii) 1% do Lucro Líquido, no valor de R\$ 22.100,00, será distribuído aos acionistas como dividendo obrigatório, na sua respectiva proporção do capital social da Companhia, de acordo com a disponibilidade de caixa da Companhia, conforme Artigo 14, item “(b)” do Estatuto Social da Companhia e Artigo 202, Parágrafo 1º, da Lei das S.A.; e (iii) o valor remanescente do Lucro Líquido, ou seja, R\$ 2.077.400,00 será retido no caixa da Companhia para realização de futuros investimentos. (IV) Autorizar os diretores da Companhia a realizarem todos e quaisquer atos necessários para efetiva consumação das deliberações previstas nos itens acima. Nada mais, arquivado na JUCESP – nº 483.594/22-2 em 23/09/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Companhia Aparecida S/A

CNPJ/ME nº 43.156.910/0001-70 – NIRE 35.300.574.991

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de setembro de 2022

Data: 12/09/2022. **Local:** Rua Francisco Volante, nº 190, Jardim Brasil, Embu-Guaçu-SP. **Presença:** A totalidade do capital subscrito, dispensada a convocação. **Mesa:** **Leandro Rebuti Tosin**, Presidente; e **Luciene Cristiane Alves Reis**, Secretária. **Deliberações da Ordem do Dia tomadas por unanimidade:** Item I: Deliberaram aprovar/autorizar a companhia a constituir a filial 1, que terá como sede a Rua Francisco Sousa dos Santos, nº 03, Galpão 273, Jardim Limeiro, Serra-ES, com as seguintes atividades econômicas: a) Comércio atacadista de embalagens; e b) Comércio atacadista de papel e papelão em bruto. Item II: O Estatuto Social foi aprovado por unanimidade, e passa a vigorar com a seguinte redação: **Art. 2º.** A sociedade tem sede, foro e administração no município de Embu-Guaçu, no Estado de São Paulo, na Rua Francisco Volante, nº 190, Jardim Brasil, CEP 06900-530, podendo abrir e fechar filiais ou escritórios em todos os pontos do território nacional, ou no exterior, a critério da Diretoria com anuência expressa da Assembleia Geral. **§ Único.** A presente sociedade possui uma filial, sendo: I – Filial 01: Estabelecida na Rua Francisco Sousa dos Santos, nº 03, Galpão 273, Jardim Limeiro, Serra-ES. Item III: Diante da constituição da Filial 01, o seu objeto social será: I – Comércio atacadista de embalagens; e II – Comércio atacadista de papel e papelão em bruto. Desta forma, o Artigo 3º terá a seguinte redação: **Art. 3º.** A sociedade tem por objeto social as seguintes atividades na Matriz: I – Fabricação de chapas e embalagens, por encomenda de terceiros; e II – Fabricação de embalagens cartolinadas, por encomendas de terceiros. **§ Único.** A Filial terá como objeto social as seguintes atividades: I – Comércio atacadista de embalagens; e II – Comércio atacadista de papel e papelão em bruto. Nada mais havendo a tratar, esta Ata foi lida e aprovada. São Paulo, 12/09/2022. (ass.) **Leandro Rebuti Tosin** – Presidente; **Luciene Cristiane Alves Reis** – Secretária. **Advogado: Dr. Flavio Rocchi Junior**, OAB/SP nº 249.767. JUCESP – Registrado sob o nº 483.054/22-7 em 26/09/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Hurst Capital S.A.

CNPJ/ME nº 29.765.165/0001-36 – NIRE 35.300.581.326

Comunicado aos Acionistas e à Praça

Informamos aos Srs. Acionistas e a quem mais puder interessar que a partir de 29 de setembro de 2022, as publicações desta Companhia, ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações (“Lei 6.404/76 e alterações posteriores”), deixarão de ser veiculadas no Jornal O Dia-SP, passando, doravante, a serem veiculadas no periódico Data Mercantil. São Paulo, 29 de setembro de 2022. **A Diretoria**

Cotação das moedas

Coroa (Suécia) - 0,482
Dólar (EUA) - 5,3916
Franco (Suíça) - 5,5039
Iene (Japão) - 0,03733
Libra (Inglaterra) - 5,9556
Peso (Argentina) - 0,03666
Peso (Chile) - 0,005562
Peso (México) - 0,2679
Peso (Uruguai) - 0,1305
Yuan (China) - 0,7573
Rublo (Rússia) - 0,09628
Euro (Unidade Monetária)

Negócios

Hermes Pardini lança marketplace B2B para aumentar seu mercado endereçável



Nas salas e corredores do Hermes Pardini, é grande a expectativa para a aprovação da fusão com o Fleury, anunciada em junho e avaliada em R\$ 2,5 bilhões. Mas enquanto aguarda o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) bater o martelo, o grupo de medicina diagnóstica segue se movimentando.

Em busca de novas receitas, o Pardini, avaliado em R\$ 2,7 bilhões, lança nesta quarta-feira, 28 de setembro, o marketplace da Pardis. A empresa de distribuição foi criada na pandemia, inicialmente, para a entrega de testes rápidos de Covid-19, e opera sob o guarda-chuva da

Lab to Lab, unidade de negócios B2B do grupo mineiro.

Com a nova plataforma, cujo lançamento foi antecipado ao NeoFeed, o plano inicial do Pardini é ampliar seu share of wallet na base de 6,5 mil clientes ativos atendidos pelo Lab to Lab, em especial os laboratórios de pequeno e médio porte. Essa carteira inclui ainda clínicas, hospitais e os demais elos da cadeia de saúde.

“Hoje, com o Lab to Lab, nós só atingimos, em média, de 10% a 15% do bolso dos clientes que terceirizam o processamento dos seus exames conosco”, diz Fernando Ramos, diretor de negócios Lab to Lab do Grupo Pardini. “Com o Pardis e o marketpla-

ce, nós vamos começar a entrar nos 85% restantes.”

O projeto do marketplace começou a ser gestado no fim de 2021, em uma parceria com a VTEX. Como uma das etapas anteriores ao desenvolvimento e à validação da plataforma, a Pardis colocou os pés no digital com um e-commerce próprio.

Desde 2021, esse e-commerce processou mais de 7 mil pedidos, para 2,2 mil laboratórios, em mil cidades, e faturou mais de R\$ 30 milhões. Mais de 60% desses clientes fizeram mais de uma compra no canal. A partir desses números, o grupo entendeu que era a hora de dar o próximo passo em sua estratégia online.

Mais brasileiros pretendem comprar na Black Friday, diz pesquisa do Google

A maioria dos brasileiros pretende comprar na Black Friday deste ano, segundo pesquisa do Google e do Instituto Ipsos. Hoje, o percentual é 71%, um crescimento de 16 pontos percentuais em relação ao ano passado.

O levantamento foi divulgado nesta quinta-feira (29) durante o evento Black Friday Connections Store, em São Paulo.

Nas classes A e B, a intenção de compra é 78%. Na classe C, é 68%, 17 pontos percentuais acima de 2021.

Os motivos apontados são a proximidade da Copa do Mundo e o maior otimismo depois de duas Black Fridays sob a pandemia.

Segundo a FGV, a confiança dos consumidores brasileiros teve nova alta em setembro.

O ICC subiu 5,4 pon-

tos no mês, chegando a 89 pontos, o maior nível desde janeiro de 2020.

“Temos visto que a confiança na Black Friday tem aumentado. Agora, o consumidor sabe o que é um desconto de Black Friday e quer um bom produto”, disse Gleidy Salvanha, diretora de negócios para Varejo do Google Brasil.

Neste ano, 60% dos consumidores acreditam que os descontos serão mais atrativos, diz a pesquisa.

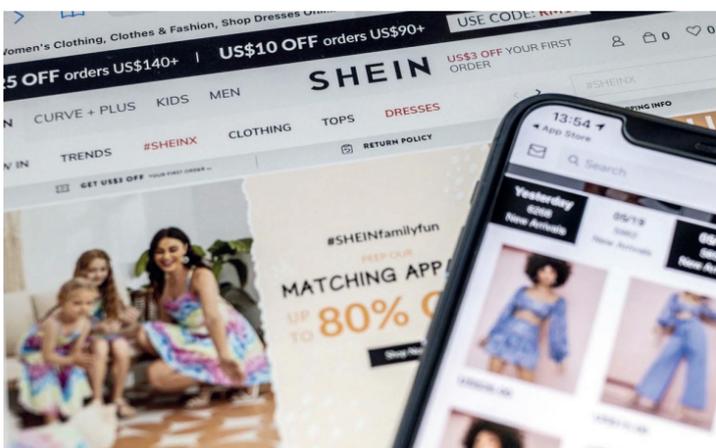
Contudo, menos da metade, 46%, dizem que vão gastar mais, mesmo que 88% acreditem que sua situação financeira vai melhorar até o fim do ano.

Os consumidores também devem comprar em cinco categorias de produtos na data. Em 2021, a média era de 4,2 categorias por cliente.

Gustavo Soares/Folhapress



Shein quer provar que fast fashion pode ser sustentável e planeja reduzir 25% das emissões até 2030



A varejista de moda Shein cresceu e apareceu nos últimos anos. Avaliada em mais de US\$ 100 bilhões e com investidores como General Atlantic, Tiger Global Management e Sequoia Capital China, a empresa conta com uma cadeia de produção rápida, que permite colocar 10 mil novos produtos à venda por mês. Apesar do sucesso com investidores e com o público brasileiro, a companhia ainda enfrenta questões diante da opinião pública quando o assunto é ESG. De olho em melhorar a percepção nesse quesito, a varejista de moda deu alguns passos relevantes em 2022. O primeiro foi o Relatório de Sustentabilidade, divulgado no início do ano, e, agora, a

companhia anuncia um conjunto de metas para o futuro. De modo geral, até 2030, a empresa quer reduzir as emissões totais em sua cadeia de valor em 25%.

A projeção veio a partir de um estudo feito com a Intertek, companhia líder no ramo de auditorias e certificações, para medir o impacto de pegada de carbono. A partir desse trabalho, a companhia desmembrou a meta geral em três objetivos, a serem cumpridos até 2030. Todos já foram submetidos para validação pela Science Based Targets (SBTi).

O primeiro diz respeito às emissões de escopo 1, que são responsáveis por menos de 0,05% de todas as da companhia. Para 2030, o objetivo é reduzi-las em 42%. O segun-

do tem a ver com as emissões de escopo 2 (de uso de energia), que também são responsáveis por uma parte ínfima dentro do quadro geral (menos de 0,5%). Dentro delas, o foco é transformar todo o uso de energia da companhia a partir de fontes renováveis nos próximos oito anos. Por fim, as emissões de escopo 3, aquelas geradas pela cadeia de suprimentos e que respondem por 99%, devem ser reduzidas em 25% até 2030.

No caminho para cumprir essas metas, a companhia vai investir até US\$ 7,6 milhões em financiamento de projetos do Apparel Impact Institute (Aii), de olho em construir um plano de redução de emissões dentro da cadeia de suprimentos da empresa.

Exame